



MUNICÍPIO DOS MOSTEIROS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Mosteiros-Fogo

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINARIA

Aos dez dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, pelas nove horas e quarenta minutos, deu-se inicio a segunda reunião ordinária da Assembleia Municipal dos Mosteiros da 6ª Legislatura Autárquica, de acordo com o nº 1, da alínea c), do artigo 75º do Estatuto dos Municípios, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho na Cidade de Igreja, obedecendo a convocatória feita pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Estiveram presentes:

Os Deputados:

- ✓ *Adilson Andrade Martins – PAICV;*
- ✓ *António Alberto de Andrade – PAICV;*
- ✓ *Estevam Lobo Gomes – MpD;*
- ✓ *Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado - MpD;*
- ✓ *Hermógenes Rosa Fernandes - MpD;*
- ✓ *Isildo Gonçalves Gomes – PAICV;*
- ✓ *João Manuel Centeio Fernandes – PAICV;*
- ✓ *Joaquim de Jesus Garcia Rodrigues – PAICV;*
- ✓ *Lourenço Andrade Lopes – MpD;*
- ✓ *Lúcio Miranda Fernandes – PAICV;*
- ✓ *Manuela Barbosa Lopes – PAICV;*
- ✓ *Maria Rosário Afonso de Andrade – MPD;*
- ✓ *Rude Manuel Reis de Pina Duarte – MPD;*

Câmara Municipal:

- ✓ *Carlos Fernandinho Teixeira – Presidente;*
- ✓ *Jaime José Monteiro Júnior – Vereador;*
- ✓ *Fábio Humberto da Rosa Alves Vieira – Vereador;*
- ✓ *Pedro José Correia Teixeira – Vereador;*
- ✓ *Domingos Vaz Mendes – Vereador.*

O Presidente da Assembleia Municipal Senhor Lúcio Miranda Fernandes, procedeu a abertura da sessão, cumprimentou a Sua Excelência Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores, os Deputados e Municípes presentes, augurando que esta 2ª Sessão, decorra num clima de debate e ampla participação de todos, para que este Concelho saia a ganhar.

Apresentou para aprovação dos Senhores Deputados, a proposta de agenda de trabalho:

I – Apresentação do Programa de Governação 2016 - 2020;

II – Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para o ano de 2017;

III – Apreciação e aprovação do Orçamento para o ano de 2017;

IV – Proposta de Profissionalização de Vereadores e fixação dos respetivos vencimentos;

V – Proposta de fixação do novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;

VI – Proposta de atribuição de gratificação ao Presidente da Assembleia Municipal;

VII – Proposta de atribuição de gratificação ao Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

A mesma foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Anunciou o período, antes da ordem do dia, de acordo com o regimento:

Munícipe **António Andrade** – Natural dos Mosteiros e residente na zona de Mosteiros-Trás, cumprimentou em primeiro lugar os presentes na sessão e disse que, está satisfeito por ver muita juventude nesta Assembleia, demonstrando claramente que os jovens estão interessados em contribuir para o desenvolvimento do seu concelho. Disse também, que espera do Senhor Presidente da Câmara um mandato sem questões partidárias, para que todos tenham as mesmas oportunidades. Nas deslocações que fez de Relva a Atalaia, viu algumas famílias a passarem por dificuldades imensas, apesar desta Câmara Municipal estar a trabalhar há mais de quinze anos, ao serviço dos mosteirenses. Problemas com o desemprego e habitações degradadas.

A nível de redes viárias, viu com agrado a colocação de paralelos na via que dá acesso à zona de Casa Cutelo, em Mosteiros-Trás, porque efetivamente, constitui um grande problema circular nela. Pois, gostaria que a mesma fosse requalificada para a melhor circulação de viaturas e transeuntes.

Deputado **Isildo Gomes** – Cumprimentou todos os presentes e disse que ouviu com atenção a intervenção do munícipe António Andrade. Efetivamente terá que haver alguma convergência nas nossas diversidades, para o bem dos nossos municípes.

Pessoalmente, vê o desenvolvimento dos Mosteiros integrado na Ilha do Fogo. Ou seja, a cooperação entre os três municípios da Ilha, é fundamental para o desenvolvimento integrado. Pois, na diversidade somos, Mosteirenses e também, na diversidade somos fogueenses.

Deputado Estevam Gomes – Cumprimentou todos os presentes na sessão, disse que primeiramente gostaria de desejar a Mesa da Assembleia, votos de sucessos neste novo mandato, augurando que todas as sessões se decorram num clima de discussão sadia, com benefícios para este Concelho. Igualmente, desejou sucessos à equipa camararia, fazendo votos que as propostas de campanha, sejam efetivamente cumpridas.

Queria obter alguns esclarecimentos por parte da Câmara Municipal. Primeiramente, é sobre a zona de Ribeira Ilhéu que, foi elevada a categoria de Vila no mandato anterior, não obstante, sabendo que faltava um conjunto de condições indispensáveis para o efeito. Por isso, queria questionar, sobre a maior presença da Policia Nacional na zona, que foi uma das condições propostas para a melhoria, uma vez que tudo continua na mesma, um ano depois.

Mesma questão, sobre a presença regular da Delegacia de Saúde, sabendo que existe um posto sanitário, embora as condições físicas e também materiais, não são boas, mas, que poderia dar mais atenção as pessoas, sobretudo as mais idosas. As que estão acamadas, precisam de um acompanhamento nas suas próprias residências.

Quanto ao campo de futebol local, que constou dos Planos de Atividades desde o ano 2012, propõe que o mesmo seja relvado, uma vez que está no Programa de Governação Municipal 2016 – 2020 e, também, por ser um campo antigo, com algum historial neste município. Sugeriu quando for remodelado, que o portão de entrada seja colocado num outro lado, impossibilitando a circulação de viaturas no seu interior.

Sobre o sistema de eletricidade na zona, é de conhecimento que traz algumas despesas à Câmara Municipal. No entanto, está a decorrer o trabalho de remodelação de toda a instalação elétrica existente, por parte da empresa Electra, com vista a assunção da responsabilidade no fornecimento de energia à zona norte do município. Queria solicitar à Câmara Municipal, que fizesse uma espécie de pressão à Empresa que está no terreno, para imprimir maior rapidez nos trabalhos, e assim, poupar algum recurso mensal, e utilizar em outras áreas que estão a necessitar.

Queria obter informação sobre o concurso “Ami é Empreendedor”. Se já tem análise final, quem foi o vencedor, está a ser acompanhado, isso para que, este programa possa ser bem aproveitado.

No último mandato a Assembleia aprovou um empréstimo bancário no valor de 15.000 contos. Gostaria de saber se a Camara já está na posse deste montante total, ou se tem a posse de apenas uma parcela, o quê que foi aplicado até o momento e também, se o projeto inicial não sofreu alterações.

Presidente da Câmara Municipal – Cumprimentou todos os presentes, augurando que este mandato seja de muitos sucessos.

A Câmara Municipal vai continuar a trabalhar com todos os atores de desenvolvimento deste Concelho, os que têm partido e os que não têm. O munícipe António Andrade, sabe que esta Câmara trabalha sem discriminação, aliás são amigos em momentos bons e menos bons e por isso, continuarão a dialogar sobre assuntos pertinentes para o Concelho, neste novo mandato. O lema de campanha do PAICV, foi “*Musteru nós kompromissu*” e vamos juntá-lo ao do MpD “*Justos Seremos Mais Fortes*”, dois lemas fundamentais para a construção deste Concelho na harmonia e na paz.

Vamos continuar a trabalhar em parceria com os Municípios de São Filipe e Santa Catarina, como bem disse o Deputado Isildo Gomes, é preciso trabalhar para garantir um desenvolvimento integrado da Ilha do Fogo.

Com o Governo da República, disse no seu discurso de posse que quer um excelente relacionamento, ou seja, zero crispação. Tem dificuldades sim com habitação condigna nos Mosteiros, assim como existe em todo o país. Vamos alinhar com a política do Governo a nível da habitação, para reduzir o deficit existente neste município. O Programa Casa para Todos, já foi transferido para o Município, o que considera haver boas ideias do Governo em relação ao Poder Local.

Disse que segundo os últimos dados divulgados pelo INE, o índice de pobreza no Município dos Mosteiros, diminuiu em 19%, o que lhe deixa bastante satisfeito, porque se trata de um indicador que mostra claramente que trabalho tem sido feito e que, este município não é pobre. Quer continuar a trabalhar, juntamente com o Governo central, Municípes, ONG’S e nossos Emigrantes, para que esta taxa de pobreza continua a descer cada vez mais.

Com relação ao arrelvamento do campo de futebol de Ribeira do Ilhéu, proposto pelo Deputado Estevam, disse que está na agenda da Câmara Municipal, fazer o arrelvamento de um campo para treinos, com o objetivo de descongestionar o Estádio Francisco José Rodrigues, cujo piso precisa de manutenção. O Campo de Ribeira Ilhéu será contemplado, assim como um outro a indicar na zona baixa dos Mosteiros.

Quanto a presença regular da Policia Nacional na zona Norte, informou que a Esquadra já dispõe de 19 efetivos, segundo o Ministro da Tutela este numero tende a aumentar no próximo ano, para que a Policia de proximidade possa ser realizada nas zonas dos Mosteiros.

Sobre a energia elétrica, disse que vai articular com o Governo para que nesta quadra festiva que se avizinha, as zonas de Rocha Fora e Aldeia que já dispõem de ligação de rede, possam ser contempladas com luz elétrica. Ribeira Ilhéu, também o trabalho de reestruturação da rede elétrica está avançado e, se tudo decorrer como previsto, poderá ser inaugurado no mês de janeiro de 2017.

Programa “*Ami é Empreendedor*”, ainda não chegou ao fim, devido ao período pré-eleitoral e festas do Município. O Júri ainda não decidiu, mas está de pé. Se não for atribuído o prémio no decurso deste ano, para a início do próximo ano que vem, seguramente será premiado o vencedor.

Na legislatura autárquica anterior, na última sessão foi autorizado pela Assembleia Municipal, a contratação de um empréstimo bancário no valor de 15.000.000\$00 (Quinze Milhões de Escudos), para a requalificação do Polidesportivo “*João di Jóia*” na Cidade de Igreja, bem como a avenida Shell – Laranjo. Deste montante, o banco avançou 3.000.000\$00, que serviu para construção de local de estacionamento de viaturas e início de obra no referido Polidesportivo. Falta para ser disponibilizado mais 12.000.000\$00 pelo BCA.

Deputado Hermógenes Fernandes – Cumprimentou em primeiro lugar todos os presentes na sessão, augurando muitos sucessos os eleitos municipais neste mandato.

Colocou a sua preocupação, face a degradação do pavimento que foi recentemente substituído na zona de Fajãzinha, mais concretamente junto da casa da Sr^a “*Tanchinha*”. Alguns paralelos estão soltos, constituindo fator de risco na circulação automóvel e também, de transeuntes.

Outra preocupação, tem a ver com o aqueduto da zona de Murro que tem sido muito falado pela Câmara Municipal, mas que, ainda constitui perigo na circulação e também, causa preocupação no tempo das chuvas, devido as cheias que ameaçam casas e impedindo circulação de um lado para o outro.

Na zona de Ponta Lapa, junto da Central Elétrica, funciona como uma mini-barragem no tempo das chuvas, dificultando grandemente a circulação de viaturas e também de pessoas.

Deputado Rude Duarte – Cumprimentou todos os presentes e disse que, está farto de ouvir palavras doces da parte do Sr Presidente da Câmara Municipal. Efetivamente Mosteiros não é pobre, mas, as vezes há oportunidades para serem exploradas e não são aproveitadas, por questões que têm a ver com falta de visão estratégica de desenvolvimento. Exemplificou que existem ruas que necessitam de ser requalificadas, mas, a Câmara tem desaproveitado os escombros provenientes de outras obras, para depositarem em ruas que precisam ser melhoradas. Mas, o que tem visto com alguma frequência, é depósito de terras no ex aeródromo que não traz benefício algum.

Também, se nota uma degradação nos contentores distribuídos nas zonas, principalmente em Queimada Guincho, o que merece uma atenção para a substituição dos mesmos.

A praceta de Queimada Guincho, junto do ex chafariz precisa de uma boa intervenção, para dar mais vivacidade ao local, tendo em conta que está muito degradada.

Ser Presidente para todos os Mosteirenses, nem sequer é preciso dizer, basta demonstrá-lo através de praticas de boas ações em prol de todos os seus habitantes. Veja só o que

aconteceu relativamente ao licenciamento de Serviço Táxi no Concelho. Apenas pessoas que estavam envolvidas na campanha do PAICV, foram selecionadas para a atribuição desta licença.

Estrada de acesso à Achada Grande baixo, viu no orçamento de 2016, em que se fez pouca coisa e depois inauguração. Agora está a constar no plano para 2017, estrada de acesso à Achada Grande cima, o que considera brincar com as pessoas dos Mosteiros.

Para a transparência das coisas publicas, sugeriu que os Deputados fossem chamados a assistir os concursos realizados, seleção para atribuição de bolsas, subsidio de transporte etc, porque se fala muito em transparência, mas, pelo que vê até o momento é só de fachada.

Sobre a construção do Estádio Municipal, em que se constatou a queda de um murro de proteção há uns anos atras, ficou com algumas dúvidas sobre a capacidade técnica dos trabalhadores desta instituição, que estiveram à frente da obra, porque não considera normal o que aconteceu. Ainda o outro murro de proteção que fica do lado da casa do Sr “*Toty Bébé*” apresenta sinais de rotura e chamou atenção por esta situação. Outrossim, tem informação que a Câmara Municipal tem ignorado pareceres dos Arquitetos e Engenheiros, só para poder poupar alguns recursos com a construção das obras, pondo em risco a segurança das pessoas.

Presidente da Câmara Municipal – Quer continuar a trabalhar utilizando palavras doces que podem alegrar-nos e purificar-nos a alma. Crítica quando é feita no seu sentido positivo ela é sempre bem-vinda, para poder ajudar o executivo a trabalhar. Mas, há várias formas que ela deve ser feita, dizendo a mesma coisa.

Este Concelho tem um Plano Diretor Municipal, tem Planos Urbanísticos Detalhados para as zonas de Queimada Guincho, Mosteiros-Trás, Relva, Achada Grande, Corvo e Ribeira do Ilhéu. Isso demonstra que há uma visão de desenvolvimento de Mosteiros. Se ainda existem ruas que não estão requalificadas é porque os recursos faltaram à Camara Municipal. Vai continuar a trabalhar buscando recursos, para pouco a pouco resolver questões que têm a ver com requalificação de estradas, habitações e outras ações indispensáveis para o desenvolvimento deste Concelho. Se a obra do Anel Rodoviário tivesse chegado aos Mosteiros, os paralelos de Atalaia à Sumbango, seriam utilizados na requalificação de vias sobretudo em Queimada Guincho e Mosteiros-Trás que apresentam mais necessidades, e também noutras zonas do Concelho. Isso não aconteceu, mas continua firme e esperançoso que, com o retomar desta grande Obra para a Ilha do Fogo, venham conseguir esses paralelos que custam 4\$00, cada unidade, para serem reutilizados nos Mosteiros.

Contentores precisam ser renovados, mas esta ação não se concretizou, precisamente porque o Governo anterior, encomendou milhares de contos em contentores para serem distribuídos em todos os municípios do país. Ainda, os mesmos não chegaram aos Mosteiros, por isso, que estamos com contentores degradados.

Sobre a licença para o serviço de Táxi, disse que não há nenhum munícipe que fez pedido à Câmara Municipal, e que não a foi atribuída. Até este momento, já há aproximadamente mais 15 pedidos autorizados, mas ninguém comprou uma viatura nova para o serviço de Táxi, até o momento. Deixou claro que nesta Câmara Municipal, não há munícipes de PAICV e MpD, como deixou transparecer o Deputado Rude e que, esteja doravante muito atento nas informações que recebe. Quer aumentar o número de frotas, porque o serviço prestado pelos atuais detentores de Táxi, não está a ser feita convenientemente. Os munícipes reclamam sistematicamente na Câmara Municipal que este serviço público, carece de algumas melhorias, designadamente, prestação de serviço à noite, nos feriados e fins de semanas, como também, renovação/reparação de algumas viaturas que estão degradadas.

Praça de Queimada Guincho, será requalificada, dando-a embelezamento ao local onde se encontra.

Com relação a atribuição de subsídios aos estudantes, foi constituído um Júri que é uma pessoa da Câmara Municipal e mais duas que estão fora dela. Da próxima, será convidado o Deputado Rude, para tomar parte desta atividade e assim poder constatar todo esse processo de seleção.

Agradeceu as preocupações levantadas pelo Deputado Hermógenes, dizendo-lhe que o aqueduto de Murro estava previsto para ser realizado em 2016, mas, devido às enxurradas que danificaram a estrada de acesso à zona de Cutelo Alto, todas as atenções foram viradas a construção de um aqueduto em Monte Barro, para criar as condições de circulação com segurança e desencravar à zona. Por isso, no próximo ano o de Murro, será construído para a satisfação da população local e de todos os transeuntes. Calcetamento em degradação na zona de Fajazinha, vai ser reparada com alguma urgência.

Deputado António Andrade – Cumprimentou todos os presentes, e deu os parabéns à Câmara Municipal pelo seu excelente desempenho na criação de vias de acesso e requalificação de outras, nas zonas de Relva, Achada Grande e Corvo. Pessoas das zonas sul do município que se encontram algum tempo fora de Mosteiros e regressar, certamente que ficarão satisfeitas, pelo trabalho desenvolvido nestas zonas, no que tange a rede viária sobretudo. Isto é, graças ao empenho e dedicação desta Câmara Municipal e está à vista de todos. Não havia praticamente acessos, num terreno composto em grande parte por lavas vulcânicas. A realidade é bem diferente hoje e precisa ser reconhecida.

Também, agradecer à edilidade pelos trabalhos a nível da habitação social, que foram feitos nas zonas sul do município. Centenas de casas reparadas, outras construídas de raiz, construção de casas de banho às famílias mais necessitadas, com o objetivo de proporcionar melhores condições de habitabilidade aos seus munícipes. Pois, o índice de pobreza que reduziu em 19%, tem a ver naturalmente com as ações desta Câmara Municipal, do Governo Central e também, do trabalho abnegado de suas gentes.

Quanto à realização de concursos, disse que é favor para se poder dar mais transparência aos processos de escolha. Mas, não deve abranger apenas à Câmara Municipal dos Mosteiros, tem de ser feito à nível de todas as instituições do país. O que se tem notado ultimamente no país, é precisamente ao contrario, ou seja, a indigitação de pessoas para desempenhar determinado cargo, sem recorrer ao concurso. Mas, mantém a sua opinião que se deve fazer concurso para o processo de seleção dos beneficiários.

✓ **Ponto I – Apresentação do Programa de Governação 2016 – 2020;**

Presidente da Camara Municipal – Fez a apresentação do documento, cuja pagina introdutória se faz transcrever.

“Nos últimos anos, o município dos Mosteiros tem dado passos largos e firmes no seu processo de desenvolvimento social, económico e cultural. Uma análise retrospectiva sobre este processo, vislumbra, por um lado, uma panóplia de ganhos de percurso nos mais diversos setores, designadamente, saúde, saneamento, educação, água, habitação social, energia, cultura, desporto, infraestruturas, entre outros. E, por outro lado, alude um conjunto de desafios socioeconómicos a vencer, sobretudo nos domínios do combate ao desemprego e à pobreza, como também, nos domínios da urbanização e do planeamento estratégico, enquanto motores de desenvolvimento sustentável.

Mosteiros é um município com grandes potencialidades económicas, agrícolas, pecuárias, culturais, turísticas e pesqueiras. Conquanto, ainda temos uma economia local frágil, decorrente não da falta de uma visão estratégica de desenvolvimento integrado desses setores, mas sim, pela ausência de incentivos e mecanismos de financiamento, sem negligenciar a ausência de um tecido empresarial local forte, capaz de alavancar essa mesma economia.

O desemprego jovem, mormente entre os recém-formados, é um problema estrutural e, como tal, pressupõe medidas de políticas integradas entre o Governo da Republica e a Camara Municipal dos Mosteiros, bem como também impõe mais ousadia, ambição e espirito de empreendedorismo, por parte da nossa juventude.

Neste contexto, não obstante os ganhos conquistados, temos a plena consciência do extenso e árduo caminho que temos a percorrer em matéria de desenvolvimento social e económico dos Mosteiros, no sentido garantirmos felicidade e melhores condições de vida a todos os munícipes. Importante notar, que a governação municipal entre 2016 e 2020, esteada num novo modelo de governação local e designe institucional, focados nas reais necessidades e expectativas dos munícipes, colocará a devida tónica nos fatores e recursos endógenos de desenvolvimento municipal, envolvendo todos os seus stakeholders na construção das condições propicias para o efeito.

A elaboração do Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2016 – 2020, estriba-se no Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros (PEDM), Estudo Diretor sobre a visão do desenvolvimento municipal até 2020 e a Plataforma Eleitoral “Mosteiros, o nosso Compromisso”, sufragada nas últimas eleições autárquicas de 4 de setembro de 2016. Apoia-se igualmente nos indicadores sociais e económicos do município, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, bem como nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – a nova agenda de ação até 2030, da Organização das Nações Unidas.

Assim sendo, o Programa ora apresentado tem a marca da ambição, da ousadia e do otimismo. Acreditamos que o município dos Mosteiros dará um grande salto, em termos de desenvolvimento, tendo em conta as suas potencialidades endógenas, bem como os projetos e investimentos que serão concretizados ao longo deste mandato”.

Apos a apresentação do Programa de Governação Municipal 2016 – 2020, o Sr Presidente da Assembleia, abriu um período de pronunciamento, caso os Deputados queiram fazer algumas considerações sobre o mesmo.

Deputado Lourenço Lopes – Cumprimentou todos os presentes e disse que se trata da sua primeira intervenção enquanto Eleito Municipal deste Município.

Mosteiros é hoje um Concelho, porque no ano de 1991, houve vontade política e coragem para fazer a sua criação. Atualmente se este Concelho, está num patamar de desenvolvimento é porque, na altura houve uma visão. Por isso, que o MpD atribui uma grande importância ao poder local, para a solução global do desenvolvimento do país. É certo que não se consegue o desenvolvimento, apenas com ações da Câmara Municipal e, a sua bancada, enquanto representante do partido que também suporta o Governo da República, tem a responsabilidade de tudo fazer para que haja efetivamente uma boa cooperação entre os mesmos.

Política é uma questão de atitude e Mosteiros tem condições históricas, naturais, uma pujante diáspora que podem catapultar o município, para outros patamares de desenvolvimento. E a Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador da Câmara Municipal, estará sempre atenta, embora na diferença, para defender o que está explícito neste Programa de Governação Municipal, para que possamos atingir os melhores caminhos de desenvolvimento sustentável.

Deputado Isildo Gomes – Queria enfatizar duas palavras fundamentais para a materialização deste importante documento apresentado pela Câmara Municipal. A potencialidade e a qualidade. Tem um desafio a fazer a esta Câmara Municipal que, esteja ciente em tudo o que se vai fazer, com a qualidade. Esta palavra gera a certificação nos trabalhos realizados. No domínio da agricultura, que a mesma seja praticada sem pesticidas, portanto uma

agricultura orgânica, assim como acontece com o nosso café que já é orgânico, para a satisfação de todos nós.

Qualidade na agricultura, qualidade na pecuária, qualidade na nossa paisagem, no acesso às Ilhas e nossas localidades, qualidade no nosso Centro histórico que é a Cidade de Igreja, qualidade nas rotas turísticas, praias balneares e orlas marítimas, qualidade no nosso pescado, na cultura, no atendimento às pessoas, enfim, qualidade em tudo que estejamos a fazer neste mandato.

✓ **Ponto II – (Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para o ano de 2017):**

O Plano de atividades para o ano 2017, foi apresentado pelo Vereador Pedro Teixeira, no qual se transcreve em resumo a nota introdutória:

“As condições adversas da economia mundial vêm influenciando negativamente o desempenho da economia nacional, levando-a a crescer nos últimos anos, a uma média anual inferior a 2.5%, o que não tem permitido a geração de recursos suficientes para a realização de investimentos públicos com efeito multiplicador na economia regional/local. Esta situação vem impondo sérios limites ao financiamento do desenvolvimento local, quer pela via das transferências diretas da Administração Central, quer pela via da Cooperação Descentralizada. No que diz respeito ao crescimento para o próximo ano, apesar da previsão do FMI apontar para uma taxa de 3.6%, esse crescimento continuará a depender da evolução da economia mundial, principalmente das economias pertencentes à zona Euro, com as quais Cabo Verde mantém relações económicas mais estreitas.

Perante este contexto desfavorável, parece reconfortante a abertura manifestada pelo novo Governo da Republica, face às necessidades e exigências das autarquias locais, enquanto poder mais próximo das populações. Pois, é de conhecimento publico que o atual Governo Central, pretende adotar medidas legislativas e não só, no sentido de reforçar a autonomia do poder local, via descentralização de recursos, disponibilizando aos municípios, mais meios para prosseguirem de forma mais consistente, os objetivos e as aspirações das populações locais. Neste sentido, as propostas de transferência aos municípios, de 50% dos recursos provenientes da taxa ecológica e do turismo, 40% do Fundo do Ambiente e 20% do Fundo de Manutenção Rodoviária, associadas ao aumento do Fundo de Financiamento Municipal que se prevê, de 10 para 17% e, da regulamentação dos contratos-programa, abrem novas perspectivas aos municípios e, deverão começar a trazer melhorias aos orçamentos municipais, já para o ano económico de 2017”.

Após a sua apresentação, abriu-se o período para debate sobre o mesmo.

Deputado Adilson Martins – Cumprimentou todos os presentes na Sessão, e disse que é preciso que todos os eleitos mantenham o foco nos Mosteiros, comprometidos com a causa pela qual foram eleitos. Estamos no início da legislatura e é bom que se lembre que ninguém reprova no início do ano. Por isso, acredita que cada um que for eleito pelos Mosteirenses, dará o seu máximo para não defraudar as expectativas nele depositadas.

Está-se a começar um novo mandato e não poderia ser da melhor forma, para os Deputados, tendo em conta que o plano de formação, reivindicado no mandato anterior, já foi materializado, embora em parte. Pois, os Deputados estão melhores preparados em termos de legislação municipal autárquica, para poderem desempenhar o papel que lhes cabe nesta Assembleia Municipal.

Este Plano de Atividades para 2017, merece a sua confiança, para a melhoria das condições de vida dos Mosteirenses.

Deputado Estevam Lobo - Com relação a intervenção do Deputado Adilson Martins, dizer-lhe que a Câmara Municipal dos Mosteiros não é iniciante, já tem praticamente vinte anos a trabalhar e deveria ser amadurecida e com experiência a alargar. Mas, pelo que vê, é o mesmo do mandato anterior, sem mudanças em termos de ideia. Fala-se muito em programas, subprogramas e projetos, mas, quando se analisa o documento não se vê projetos concretos, mas sim, ideias vagas.

Existem no plano apresentado, algumas ações que considera ser relevantes para o município, e por isso, merece uma atenção especial. Não obstante, existem aspetos que são vagos, citando como exemplo: *criação de espaços verdes*. Fica a dúvida que tipo de espaços verdes se trata, em que lugar e o número que será criado, formação em construção de embarcações de pesca, que tipo, onde será feita, qual é o número de pessoas contempladas, entre outras atividades constantes no plano, que são também, muito vagas.

Promoção do município como destino turístico não é competência da Câmara e, é preciso alguma atenção sobre isso. Sugeriu a elaboração de projetos turísticos concretos para o Município, já que o Governo Central mostrou disponibilidade em apostar fortemente nesta área.

Outros pontos merecem esclarecimentos, designadamente: *novos modelos de cooperação, parcerias e geminações*. Que modelos se pretende realizar. *Estudos comparativos de receitas e despesas*, para quê gastar dinheiro se já está no documento. *Recolha de pastos*. Esta não é uma atividade da Câmara Municipal, onde serão colocados estes pastos?

Para o ano 2017, ainda continua com muitas comemorações, embora notou alguma diminuição em termos de palestras e fóruns. Mas, aproveitou para solicitar a realização de uma atividade diferente, do que tem sido feito até agora pela Câmara Municipal. Sugeriu a criação de um conselho de desenvolvimento, ou seja, em vez de apresentar fóruns e comemorações, que se faça um conselho de desenvolvimento económico e social, como se faz por exemplo no Brasil. Neste conselho, estaria os empresários mais destacados natural da Ilha do Fogo, Técnicos

especializados, representantes de Associações, Artistas, Desportistas etc, que em termos de resultados, teríamos projetos concretos para os Mosteiros em diferentes áreas.

Deputado Isildo Gomes – Começou por fazer uma observação: disse que o Estatuto dos Municípios, data de 1995, ou seja, quem precisa adequar a dinâmica de desenvolvimento dos municípios cabo-verdianos é o seu próprio estatuto.

Disse discordar com o Deputado Estevam quando afirma que o turismo não é atribuição das Câmaras Municipais. Veio recentemente de um encontro internacional sobre o Turismo que teve lugar na Cidade da Praia, onde o Presidente da Câmara de Turismo de Cabo Verde, disse que pela primeira vez está a ver os municípios a assumirem o Turismo. Isto tendo em conta que é estratégico para o país e, naturalmente para os municípios. Por isso, que não é apenas o Governo Central que deve fazer a sua promoção, mas também, os municípios.

É sim atividade da Camara, incentivar os proprietários na recolha e conservação de pastos, para que estejam preparados para a época seca. E tomando como exemplo, o ano de 2014 foi muito difícil para os criadores poderem salvar os seus animais, devido à falta de pastos, que obrigou a intervenção do Governo neste sentido. Ainda ficou satisfeito em saber que a Camara irá criar um gabinete, para apoiar os setores da agricultura e pecuária no município, com técnico qualificado, servindo de complemento ao trabalho da Delegação do Ministério respetivo.

Aproveitou também para dar os parabéns a Câmara Municipal, pela integração de algumas ações de âmbito regional no plano apresentado, demonstrando uma visão clara que a ilha do Fogo, só pode desenvolver-se de forma sustentável, trabalhando em estreita cooperação com os outros municípios da Ilha.

Deputado Estevam Gomes – Esclareceu ao Deputado Isildo que, em nenhum momento afirmou que o turismo não é competência da Câmara Municipal. Artigo 38º do Estatuto dos Municípios, diz claramente que o Turismo é sim atribuição do Município, mas, apresenta apenas duas alíneas. Há, no entanto, ação proposta no plano para ser feita em 2017, que não enquadra muito bem com a atribuição específica, referido no Estatuto supracitado. Disse sim, que a Câmara deveria priorizar as atividades neste domínio, transformando-as em projetos concretos e depois em resultados concretos.

Quanto a recolha de pastos, faltou a palavra sensibilização aos criadores, porque fazer a recolha direta não é uma tarefa específica da Câmara Municipal. Com a criação deste gabinete de apoio aos agricultores e criadores, fazer a sensibilização devida, assim é que deveria estar no plano.

Deputado Isildo Gomes – Queria dizer que o plano de desenvolvimento integrado do Turismo, expirou o seu período de vigência, no ano 2013, o que significa que estamos há três anos sem esse documento importantíssimo no país. Mas, pelas informações que teve no referido encontro, o mesmo será brevemente elaborado. Mosteiros pode sim trabalhar na promoção de plano para o desenvolvimento do turismo, porque neste momento o próprio país não o tem.

Deputado Francisco Amado – Cumprimentou todos os presentes na sessão, augurando a todos sucessos nas suas funções, para que em 2020 Mosteiros possa estar melhor do que está agora.

Enquanto oposição, a sua bancada estará atenta, responsável e construtiva, no desempenho das funções que a foi confiada. Quer contribuir para o desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania neste concelho.

O Plano de Atividades apresentado pela Câmara Municipal para 2017, traduz a plataforma eleitoral do Senhor Presidente. As opções políticas e de prioridades da sua bancada são diferentes, ou seja, não constam as suas contribuições de melhoria deste documento, em setores que consideram de extrema importância para o desenvolvimento dos Mosteiros: agricultura, pesca, recursos humanos e o turismo.

Pois, compulsando o documento apresentado, para os desafios que se impõe a este município, considera tratar-se de um plano de atividades pobre.

Solicitou esclarecimento no setor da saúde, porque, está previsto o levantamento dos doentes crónicos e portadores de deficiência no concelho. Gostaria de ser esclarecido se é ou não atribuição do município.

Maria Andrade – Cumprimentou em primeiro lugar todos os presentes e, disse que queria dar a sua contribuição no Plano de Atividades para o ano 2017, na área da saúde. Está prevista uma atividade a ser realizada, que é o *levantamento exaustivo dos doentes crónicos e portadores de deficiência existentes no concelho e seu devido acompanhamento em parceria com a Delegacia de Saúde dos Mosteiros*. Esta atividade proposta, levou-a a ter dúvidas sobre a sua legitimidade, face ao que vem estipulado no artigo 31º do Estatuto dos Municípios. Pois, questionou sobre a necessidade de se fazer esse levantamento exaustivo, quais os benefícios que o mesmo tratará, e também, como será feito o trabalho de acompanhamento, uma vez que existe uma Instituição própria para esse fim. Ademais, as informações que serão obtidas neste levantamento, são extremamente sensíveis, e requer sigilo absoluto dos dados de pacientes. Porque, uma coisa é saber quantos doentes crónicos existem no concelho, outra coisa é saber quem são esses doentes crónicos.

Na área da ação social, tem a atividade - *desenvolvimento de um programa específico de acompanhamento de idosos, doentes crónicos e portadores de deficiência*. É uma ação vaga, não diz que tipo de programa será feito.

Atividade reabilitação de bens imóveis da Câmara Municipal (Polidesportivos, Jardins e USB). Disse que o município dispõe de quatro Unidades Sanitárias de Base, sendo que duas apresentam, estado avançado de degradação. Para seu espanto quando viu no orçamento no mapa 7, que fala de investimentos na área de saúde e, constatou apenas a quantia de cinquenta contos, que é bastante insuficiente para se fazer intervenção no melhoramento dos mesmos e também, realizar uma feira de saúde.

Deputado António Andrade – Na sua opinião, o levantamento de doentes crónicos no município proposto pela Câmara Municipal, é uma boa iniciativa, tendo em conta que, este trabalho exaustivo irá contribuir para ajudar, na planificação dos apoios em medicamentos que a autarquia disponibiliza aos doentes crónicos anualmente. Sabendo de antemão, quantos doentes existem e a sua respetiva situação socioeconómica, é muito mais fácil prever os apoios que serão disponibilizados nesta matéria. E depois, esclareceu que esta atividade será feita em parceria com a Delegacia de Saúde dos Mosteiros, portanto, não há aqui nenhuma intenção de interferência ou usurpação de poderes de outrem. Há sim, intenção de colaborar para que haja realmente dados concretos sobre esta questão.

Queria enfatizar o investimento no capital humano que será continuado em 2017, como se sabe, este é o motor para qualquer tipo de desenvolvimento.

No setor da educação, a atribuição de passes sociais e subsídios aos alunos universitários, são para continuar e destacou a importância dos mesmos, nos seus estudos.

O desporto também, é uma área que merece atenção especial, aliás é preciso dizer que nos últimos anos este setor deu um salto enorme, para a satisfação dos nossos jovens e não só. Quer na construção de equipamentos desportivos, quer na formação de jovens desportistas. E neste último, fez destaque aos atletas masculinos e femininos que estiveram na linha da frente, nas recentes festividades do Município de Santa Catarina.

Na cultura, destacou igualmente algumas ações importantes e que visam dinamizar este setor nos Mosteiros.

Deputado Hermógenes Fernandes – No programa de governação municipal para os próximos quatro anos, encontra-se um conjunto de projetos importantes por realizar. Agora, quanto ao setor da educação, onde se falou aqui, dos subsídios previstos para serem atribuídos aos alunos, queria saber se a Câmara Municipal tem algum critério de atribuição dos mesmos.

Sobre a pesca, há muito que se tem falado sobre a montagem de um sistema de frio, para a conserva do pescado. Queria saber como é que se encontra este projeto, falado há algum tempo aos pescadores, sobre a sua implementação. Ainda sobre a pesca, disse que foi investido muito dinheiro, na construção de edifício em “praia lancha”, Cidade de Igreja e também, na orla marítima de calhau em Fajãzinha, construção de casas para segurança de motores e outros materiais de pesca, mas ambos se encontram abandonados e degradados, o que não dignifica a nossa orla marítima. Pois, gostaria de saber o que a Câmara Municipal pretende fazer com estes espaços, dando-os utilidade e uma imagem paisagística diferente daquela que estão a apresentar atualmente.

Vereador Fábio Vieira – Cumprimentou os presentes na sessão, e disse que a sua intervenção vem na sequência ao que disse o Deputado Estevam Gomes, que já habitou esta Assembleia com a sua retórica discursiva. Reparou que desde o mandato anterior, o referido Deputado tem uma certa fobia, para as questões de palestras e fóruns. Como já lhe disse

anteriormente, a Câmara Municipal faz estas atividades, em semelhança das outras Câmaras do país, com o objetivo de permitir partilhas de experiências e conhecimentos aos nossos munícipes, para que possam participar nos processos de tomadas de decisões e também, no desenho e realização de políticas públicas.

No debate parlamentar, o desempenho dos Deputados não é avaliado em quem falou mais, ou em quem foi mais contundente com o executivo. Ou seja, nos Mosteiros se houver rotura e/ou desmoronamento em uma parede, o engenheiro e o arquiteto não prestam. Questionou quando houver a mesma situação em cidades grandes, como Boston, por exemplo, quem são os culpados. Será que esta grande cidade, também tem maus engenheiros e arquitetos?

Debate parlamentar exige, responsabilidade e elevação. Há que criticar as que merecem criticar, mas também, é preciso valorizar todas as ações que contribuíram para o melhoramento deste concelho.

Política é feita sim com atitude. Os últimos dados do INE mostram uma redução de 19% no índice de pobreza nos Mosteiros. Isto demonstra que os programas e projetos realizados por esta Câmara Municipal, têm surtido efeitos na nossa população.

Políticas públicas perfeitas não existem, assim como, não existe Governo perfeito. Há sim políticas públicas possíveis. Este plano foi elaborado tendo em conta a conjuntura económica nacional e internacional, com base nos dados do INE e também, na plataforma eleitoral sufragada no dia 4 de setembro último. Contudo, não é um documento estanque, é uma previsão de realizações e naturalmente dependerá da mobilização de recursos financeiros.

Sobre o turismo, existe um projeto que é denominado ecoturismo sustentável para a ilha do Fogo, onde as preocupações suscitadas pelo Deputado, estão nele englobado. Já se encontra concluído a rota dos sobrados em São Filipe e, nos próximos dias vai se iniciar os trabalhos na rota turística, nos Mosteiros.

Deputado Estevam Gomes – Dizer ao Vereador Fábio Vieira, que quando se está a querer sublevar-se, está-se nada mais nada menos, a tornar improdutivo. Quando que se está a falar em não conhecer o projeto existente na área do turismo, não está a dizer a verdade. Deixou claro que não está nesta Assembleia só para criticar, como disse o Vereador. Faz o seu papel de Deputado que é fiscalizar os trabalhos da Câmara Municipal. Quem tem utilizado expressões várias, nesta Assembleia é o Vereador e exemplificou algumas.

Disse que não tem fobia com relação a palestras, o que não considera normal é, promover palestras, onde a participação de pessoas é muito reduzida e, depois a mesma não ter resultados concretos.

Vereador Domingos Vaz – Cumprimentou os presentes augurando a todos, votos de sucessos neste novo mandato. Enquanto Vereador do Pelouro do Desporto, disse que a sua aposta para o ano 2017, é dar mais vivacidade ao setor, priorizando a formação como uma ferramenta indispensável para o atingimento dos objetivos preconizados. Aproveitou para

informar que no início do próximo ano, terá uma ação de formação destinados aos treinadores de futebol, nos dias compreendidos entre 3 a 9 de janeiro de 2017. Será criado o Conselho Municipal do Desporto, cujo objetivo é promover as ações desportivas, nas suas varias vertentes.

Igualmente, o setor da Cultura, terá uma aposta forte no próximo ano, deu como exemplo, o equipamento do Centro Cultural “Talaia Baixo”, para a realização de atividades de dança e teatro, dinamizando a nossa cultura tradicional.

Quanto a questão levantada pelo Deputado Hermógenes, sobre o critério de seleção dos beneficiários, informou que a Câmara Municipal, tem neste momento 326 alunos que recebem uma subvenção de 600\$00, cada, ou seja, 195.600\$00 mensalmente. Depois, mais 160 alunos recebem apoios com propinas, para além dos 600 escudos de subsidio de transporte. Esses apoios são atribuídos mediante levantamento socioeconómico feito nas zonas e, custa mensalmente cerca de 332.000 escudos à Câmara Municipal.

Deputado Adilson Martins – Plano de atividades, é um documento previsional e não estanque, como disse e muito bem o Vereador Fábio.

Pois, perspectiva-se novos modelos de cooperação, para o próximo ano, parcerias internas e externas, envolvimento de munícipes na elaboração do plano, prestação de contas à população, enfim, um conjunto de atividades extremamente importantes para que haja uma boa governação municipal.

USB de Feijoal está num bom estado de conservação, graças a intervenção feita pelas pessoas de feijoal, sob a coordenação do Médico António que se encontrava na altura, nos Mosteiros. Lamentou que a referida zona tem uma Associação Comunitária de Desenvolvimento Local, mas, que muito pouco tem feito, para cumprir a sua missão social.

Levantamento exaustivo de doentes crónicos, considera tratar-se de uma atividade de complemento juntamente com a Delegacia de Saúde Local e não, uma sobreposição à mesma, que tem atribuição sobre esta matéria.

Para a materialização das atividades previstas neste plano, é preciso que haja mobilização de recursos financeiros, sendo certo que a Câmara Municipal trabalhará neste sentido, para que Mosteiros continue a crescer, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Deputado Rude Duarte – Quería pedir um esclarecimento à Câmara Municipal, relativamente a construção e equipamento do matadouro municipal. Sabe que foi investido muito recurso na referida obra, mas, infelizmente não tem cumprido o seu objetivo inicialmente traçado, que é dotar o município de um espaço apropriado, para a realização de abate de animais, mediante controlo veterinário, higiene e qualidade de serviço. Ou seja, os abates continuam a ser feitos no matadouro sem controlo veterinário, fora do mesmo, mais, concretamente na berma da estrada e outros locais, suscetível de provocar doenças, e a Câmara Municipal os tem ignorado, sem tomar nenhuma medida. Na sua opinião, o abate no matadouro mediante prévia autorização

do veterinário é fundamental para garantir a qualidade do produto. Propõe que a taxa cobrada, seja canalizada em parte, para o pagamento do trabalho de inspeção do veterinário.

Em 2014, houve um sinal de trânsito na zona de Queimada Guincho que foi vandalizado por uma pessoa, esta inclusive pagou à Câmara Municipal pelo dano que causou e, até a presente data o sinal não foi repostado.

Vereador Pedro Teixeira – Cumprimentou em primeiro lugar todos os presentes e disse que algumas críticas foram feitas pelos Senhores Deputados, mas, ficou com dificuldade em perceber os fundamentos de algumas.

Há programas, subprogramas e projetos apresentados para serem executados no ano de 2017. Claro que são ideias colocadas no plano, porque, as ações previstas são precisamente ideias por realizar. Imaginem se tivéssemos indicado: como, quem, o que é, quando, por quem, etc, no plano de atividades, teríamos certamente um documento muito extenso e impraticável.

Criação de espaços verdes, consideram que é uma atividade vaga. Mas, será que é preciso dizer quantos espaços serão criados, onde, qual é a área de extensão etc.

Fórum autárquico regional, também não vê a necessidade em discriminar todos os pormenores sobre isso, para ser colocado no plano.

Disse a Deputada Maria Andrade que, cinquenta mil escudos para o setor da saúde, é um valor muito pouco. Nesta lógica concorda consigo, mas, este valor destina-se para a realização da feira de saúde e não para fazer outros investimentos, esclareceu.

Sobre o critério para a atribuição de subsídios, disse que existe um regulamento, com alguns parâmetros de seleção: rendimento do agregado familiar, se não tem apoio de outra instituição etc.

Presidente da Câmara Municipal – Esta Câmara Municipal tem como ponto forte a planificação das suas ações. Não é possível esmiuçar no plano de atividades, tudo o que será realizado, durante um ano económico, porque é impraticável, como disse o Vereador.

Não é um plano pobre, é sim um plano moderno, ambicioso e exequível.

Será implementado um novo modelo de cooperação descentralizada, em que Mosteiros receberá novos conhecimentos de outros municípios, mas também, dará a sua parte em termos de experiências de governação.

A cooperação com os municípios da Ilha do Fogo, será continuada e reforçada neste novo ano, para que, o desenvolvimento seja equilibrado e sustentado em toda a Ilha.

Com o novo Governo da República, irá trabalhar em estreita sintonia com a sua política, para continuar a desenvolver este Município.

Os Deputados estão nesta Assembleia para desempenharem o seu papel de elogiar e também, criticar o desempenho da Câmara Municipal. Quando se trata de críticas, elas são sempre bem-recebidas.

Quanto aos doentes crónicos, disse que a Câmara Municipal tem atribuído mensalmente uma quantia que ronda os oitenta contos em apoios de higiene e medicamentos, por isso, a mesma tem de trabalhar com uma base de dados, precisamente para se poder saber o valor a orçamentar durante um ano económico. Esta atividade, será feita em estreita colaboração com a Delegacia de Saúde local.

Nos próximos dias a Câmara Municipal terá uma Psicóloga, para fazer acompanhamento às pessoas que necessitam, em parceria com a Delegacia de Saúde.

Deputado Francisco Amado – Pediu um esclarecimento na rubrica habitação social, se é 40 ou 50 casas que se pretende reabilitar em 2017.

Presidente da Câmara Municipal – Serão construídas 40 casas durante o mandato, ou seja, até o ano de 2020.

Deputado Estevam Gomes – Plano de atividades tem uma estrutura interna e externa. A estrutura interna é a parte temática. Existem efetivamente conteúdos programados e que tem sido mudado de plano para plano. Quando fala em estrutura do plano não quer referir em montagem do mesmo, mas sim, quer referir-se ao seu conteúdo.

Estudos teóricos recentes nos aponta, para o gerenciamento de atividades, projetos, com base nos resultados. Por isso, deve-se colocar no plano de atividades, o numero de casas que serão construídas ou reabilitadas, o numero de espaços verdes que serão criadas etc.

Entende perfeitamente que se for colocado no plano todas as questões a volta de uma atividade ou projeto, que o documento fica muito extenso. Agora, vir o Vereador Pedro Teixeira dizer que as ideias serão colocadas, para depois saber a devida altura, o quanto se irá gastar é incorreto, não demonstra perversidade.

Deputado Isildo Gomes – No Programa de Governação nos próximos quatro anos, diz de entre outras atividades, criar um fórum sobre o desenvolvimento do Fogo, implementar o plano de turismo para a ilha do Fogo, em parceria com o Governo central. Ora, para implementar é preciso primeiro elaborar o plano. O Deputado Estevam, está a contradizer o próprio Governo e também, os outros municípios da Ilha, que vão atuar em conjunto para a promoção este setor no Fogo.

Portanto, este plano é inovador, é ambicioso e vai de acordo com a plataforma eleitoral sufragada no passado mês de setembro, e também, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros.

Deputado António Andrade – Estamos perante um plano de rosto humano, que prevê apoiar muitas famílias mais necessitadas deste Concelho, em várias áreas: habitação, coesão social, apoios na saúde, pesca, agricultura, agronegócios, água e eletricidade, caminhos vicinais, arruamentos internos, enfim todas as áreas de atividades, receberão intervenção desta Câmara Municipal, para o melhoramento das condições socioeconómicas e naturalmente, o bem-estar da nossa população. Pois, estas ações previstas demonstram-nos claramente que existe uma

grande preocupação com as famílias e por isso, deu os seus parabéns a Edilidade, augurando boa execução destas atividades, para a continuação de desenvolvimento deste nosso município.

Deputado Adilson Martins – Para traçar o desenvolvimento de um município, é preciso que haja uma visão prévia. As ideias e os projetos para a atingir, possam ser feitas de diferentes formas. Com isso quer dizer, que é natural haver ideias diferentes em determinadas questões.

Construir estrada para zona de Cutelo Alto, muita gente dizia que era impossível, assim como água canalizada nas residências, mas, são realidades atualmente, para a satisfação das populações. Por isso, que este plano foi elaborado de acordo com a ideologia defendida por esta Câmara Municipal. É um documento realista e exequível.

Devemos concentrar na discussão daquilo que está previsto para ser realizado em 2017 e não agora, nesta sessão vir fazer análise das atividades do ano 2016, porque segundo a lei, esta será feita na sessão de fevereiro de 2017.

Concluído o debate, o Plano de Atividades para o ano económico de 2017, foi submetido a aprovação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovado, com 7 (sete) votos à favor da bancada do PAICV, 0 (zero) voto contra e 6 (seis) abstenção da bancada do MpD.

✓ **Ponto III – Apreciação e aprovação do Orçamento para o ano de 2017;**

Vereador Fábio Vieira - *“Para o ano económico de 2017, a Camara Municipal propõe um orçamento de receitas, no montante de 181.465.620\$00, um aumento na ordem de 5.01% em relação ao ano transato. As receitas correntes, através da administração direta, são de 116.965.620\$00 e de capital, o montante de 64.500.000\$00.*

A previsão do orçamento das despesas correntes, cifra em 90.833.140\$00, e de Capital em 97.632.500\$00.

O programa de investimentos constitui a maior prioridade desta Câmara Municipal, em cerca de 52% do orçamento”.

Deputado Francisco Amado – Agradeceu a apresentação feita pelo Vereador Fábio Vieira e, gostaria de levantar algumas questões. As receitas terão uma previsão de aumento em apenas 5%. Tem a plena consciência das dificuldades que este Município tem na cobrança das suas receitas correntes, mas também, sabe que os municípios estão perante um quadro de relacionamento diferente com o Governo central, ou seja, se perspetiva mais receitas para as Autarquias e Mosteiros, está no grupo dos Municípios em que houve uma discriminação positiva. Ainda para além desta medida, este Concelho irá beneficiar da isenção do IVA, transferência da

Taxa Ecológica e da Taxa de contribuição Turística. Por isso, considera que 5% de aumento é muito pouco, considerando as oportunidades de cobranças de receitas anteriormente referidas.

Quanto a dívida pública municipal, constata-se que haverá um ligeiro aumento para o próximo ano, e na sua opinião deveria haver preocupação para a reduzir.

Na sua primeira intervenção, disse que o plano de atividades é pobre em alguns aspetos, tais como: pesca, agricultura e turismo que constituem os pilares de desenvolvimento deste município.

Presidente da Câmara Municipal – Registou com satisfação as considerações feitas pelo Deputado Francisco Amado e, quanto, ao aumento previsto nas cobranças de 5%, comparativamente com o ano anterior, é precisamente, porque não se sabe ainda sobre a efetividade destas cobranças. Ou seja, não sabe se o Governo central irá fazer todas essas transferências, por isso, se optou por uma previsão mais cautelosa. A taxa de turismo, por exemplo, pelos dados que tem, Mosteiros deverá receber a volta de duzentos contos, o que não dá para aumentar o orçamento, como o Deputado está a sugerir. Relativamente ao IVA, depende das aquisições que a Câmara Municipal fizer, pois, não é com a isenção deste imposto que iremos aumentar as nossas cobranças. Quanto a taxa ecológica, já lá vão aproximadamente oito meses e ainda não foi feita nenhuma transferência.

Portanto quer dizer com isto, que o orçamento apresentado é realista, porque vai de acordo com as previsões de cobranças de receitas correntes no município e também, do que se espera receber do Governo central. Como informação disse que em 2002 cobrava-se a volta de 1.000 contos ao ano, com o Imposto Único sobre o Património, atualmente a Câmara Municipal cobra aproximadamente 13.000 contos/ano. Isso é só para ver, como a cobrança das receitas municipais tem evoluído neste Concelho.

Deputado Francisco Amado – Gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a taxa de contribuição turística, já está aprovada, mas, dependerá um pouco do dinamismo das Câmaras Municipais na apresentação de projetos concretos.

Sabe que os turistas não passam normalmente, mais do que uma ou duas noites nos Mosteiros. Neste sentido, é preciso que a Câmara Municipal, no seu papel de incentivo aos privados, faça promover atividades que possam favorecer a permeância dos mesmos neste Concelho.

Quanto a cobrança do IUP nos Mosteiros, considera ser elevado e há que repensar esta cobrança no futuro próximo.

Presidente da Câmara Municipal – Disse que o imposto do Turismo não é cobrado pela Câmara Municipal, não obstante, a mesma tem como atribuição incentivar este setor com algumas atividades. Também, os privados que são os principais beneficiários têm de trabalhar juntamente, para a criação de uma Agência da Cultura e Eventos, para a realização de atividades

culturais e outras, suscetíveis de “atrair” os turistas a permanecerem por mais dias neste município.

Deputado Isildo Gomes – Este orçamento é muito realista, e vai de acordo com as regras e normais estabelecidas para a sua elaboração.

Quanto ao turismo, diz que no país a nível geral, maioritariamente se pratica o de sol e praia. O turismo de montanha ainda é praticado de forma incipiente. Não obstante, a Ilha do Fogo tem uma forte potencialidade, que é a existência de um vulcão ativo e o ponto mais alto do arquipélago, onde o belo e o grande se combinam de forma tão perfeita.

Quando se fala no turismo, não se deve pensar apenas nos Mosteiros, mas sim, a ilha toda. O turista vem para o Fogo visitar o vulcão e Chã das Caldeiras, passa pelo perímetro florestal de monte velha, faz toda a caminhada até à zona de Pai António e chega a Cidade de Igreja, onde pretende permanecer com qualidade no serviço prestado e, depois regressa à Cidade de São Filipe.

Por isso, temos de aproveitar esta dádiva da mãe natureza, para trabalhar com “qualidade” em todas as nossas atividades, para que possamos aproveitar no máximo, a grande potencialidade que esta ilha nos oferece.

Deputado Lourenço Lopes – Não lida muito com os orçamentos, por causa da sua área de formação, mas, queria mesmo assim dar a sua contribuição, reforçando o que disse o seu colega de bancada, Deputado Francisco Amado.

Quando o Senhor Presidente da Câmara coloca dúvidas relativamente a transferência de determinadas verbas por parte do Governo central, fica um pouco estupefacto, porque estamos num país de direito democrático, onde as instituições funcionam. Portanto, a discriminação positiva para alguns municípios é uma realidade não se pode colocar dúvidas. O Concelho dos Mosteiros, irá receber ao longo de 2017, cerca de oito mil contos, de aumento no Fundo de Financiamento Municipal, resultante da lei aprovada recentemente no Parlamento. Também, o IVA será eliminado sobre obras de interesse municipal. Portanto, quando se aumenta aproximadamente setecentos contos mensais no FFM, naturalmente que a previsão de receitas arrecadadas através do Governo, deveria ser mais otimista.

Em relação ao turismo, não há dúvidas que Mosteiros apresenta potencialidade de realização de um turismo da natureza, de alto valor acrescentado. Esta potencialidade deverá ser aproveitada, para o desenvolvimento deste e de outros setores no município. A Câmara Municipal tem a atribuição de criar atrativos aos turistas e aos munícipes, com o trabalho de requalificação urbana, englobando criação de zonas verdes, pavimentação de ruas, toponímia, etc.

Fala-se muito na integração de Emigrantes no processo de desenvolvimento, mas, não pode ser apenas conversa, tem de ser com atos concretos.

Disse que nenhum território, nenhuma cidade ou vila se consegue desenvolver, se não tiver centralidade. No caso de Mosteiros, vê que Igreja a Sede do Município, tem perdido este

papel de centro Cidade, porque está com pouca “vida urbana” e aproveitou, para apelar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a implementar atividades que possam alavancar esta nossa bonita Cidade, como chamariz ao incremento do turismo e outras atividades.

A bancada do MpD, vai desempenhar o seu papel vigilante, mas, com elevado grau de responsabilidade e cooperação com esta Assembleia e a Câmara Municipal.

Vereador Fábio Vieira – Queria enaltecer a visão otimista do Deputado Lourenço Lopes, que também, está espelhado no programa de governação apresentado pela Câmara Municipal. O trabalho de requalificação de orla marítima, já se iniciou com as obras no Polidesportivo João de Joia, que se trata de um projeto estruturante para o centro da Cidade de Igreja.

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2017, estribou-se nos resultados da execução dos orçamentos de 2015 e 2016, de modo que, a Câmara Municipal quer ser realista nas previsões das suas receitas.

Quanto ao turismo, as preocupações aqui levantadas são pertinentes, para alavancar o setor na ilha do Fogo e nos Mosteiros. Muitas ações mencionadas, estão contempladas no projeto de turismo sustentável na ilha. O turismo tem de ser abordado de forma transversal, porque este não se desenvolverá, se não houver estradas requalificadas nas zonas, serviço de transporte público eficiente, espaços de cultura e lazer, etc.

Quanto as dívidas do município, disse que a base tributaria nos Mosteiros é fraca e também, não há uma boa cultura de pagamento de impostos, por parte das pessoas. Portanto, tendo esses dois constrangimentos, não haverá outra alternativa se não, recorrer ao crédito bancário para a realização de investimentos públicos. As dívidas existentes, traduzem-se nos investimentos, nomeadamente Estádio de Futebol, Auditório Municipal e Aquisição de maquinarias pesadas, que trouxeram um impacto bastante positivo no desenvolvimento deste município.

Deputado Francisco Amado – A dívida pública municipal em 2014, era cerca de 79 mil contos, em 2015 reduziu para 71 mil, tendo mantido em 2016. A sua preocupação tem a ver com o aumento da dívida, para o ano de 2017.

No que toca as receitas, há uma previsão de aumento de 5%, mas, grande parte deste aumento vai ser canalizado nas despesas com o pessoal.

Quanto a Assembleia Municipal, considera o valor orçado insuficiente. É um Órgão extremamente importante, embora, não tem autonomia financeira. Esta questão precisa ser analisada, para se poder dota-la desta autonomia, para criar condições de trabalho. Pois, gostaria de saber o que está previsto, para a criação de condições efetivo para o funcionamento da Assembleia Municipal.

Presidente da Câmara Municipal – A Câmara fez uma previsão para receber do Governo, o montante de 58 mil contos, incluindo a taxa ecológica, fundo rodoviário, turismo etc. Se esta cobrança for efetivada, será muito bom para o Concelho.

As dívidas serão aumentadas em 2017, porque foi contraída um empréstimo no banco no valor de 15 mil contos para investimentos, dos quais cerca de 12 mil serão efetivadas em 2017. Por isso, que apareceu um aumento de dívidas. Esclareceu que não houve aumento, mas sim, o crédito bancário previsto para 2016, só conseguiu 3 mil contos devido a burocracia bancária, e o outro montante irá aparecer em 2017.

O IUP não está elevadíssimo nos Mosteiros. Quem declara o valor patrimonial são os próprios donos. A Câmara Municipal, fez cultivar o hábito de pagamento deste imposto, atualizar e alargar a base de tributação, ou seja, casas e propriedade que antes não pagavam, passaram a pagar anualmente o seu imposto, o que contribuiu para o aumento significativo das receitas municipais.

Quanto a centralidade do município, já começamos a implementar a nossa ideia. Requalificação de vias, orla marítima, espaço para realização de atividades culturais na Praça Azambuja, Auditório Municipal, Biblioteca, início requalificação Polidesportivo João de Joia, clube náutico etc. Também, toda marginal Shell à antigo Liceu, não era assim, foi feita pela Câmara Municipal, incluindo a ponte de Laranja. Está iluminada, não obstante precisa de algumas intervenções que irão ser feitas no âmbito das obras de requalificação do Polidesportivo.

Vereador Pedro Teixeira – Quanto ao aumento tímido da previsão das receitas (apenas 5%) referenciado pelo Deputado Francisco Amado, disse quando apresentou o documento, que as medidas anunciadas pelo Governo, aumentou a esperança da Câmara em conseguir alguma receita através de transferências. Mas, ainda as medidas anunciadas não saíram do campo das boas intenções.

O aumento de receitas de 5%, será canalizado para as despesas com o pessoal disse o Deputado Francisco Amado. É natural porque saímos de uma eleição recente, considerando os novos desafios que se impõe ao processo de desenvolvimento e, também, a nova estrutura orgânica do município, entende que se deverá reforçar as estruturas com pessoal técnico qualificado.

Deputado Francisco Amado – Era só para reafirmar aqui que, as Instituições da República devem ter o dever de lealdade e confiança. Esta Câmara Municipal, não será discriminada pelo Governo. Compromete-se a sua bancada, para tudo fazer e influenciar para que as propostas feitas pelo Governo, sejam efetivadas nos Mosteiros.

As áreas como pesca, agricultura e turismo, continuam a ter valores pouco significativos no orçamento, contudo serem, motores de desenvolvimento deste município.

Presidente da Câmara Municipal – Disse não desconfiar da bondade deste Governo. Agora não venham dizer, Senhores Deputados, que fazer uma previsão de 58.000 contos para receber do governo central, será uma coisa fácil. Uma coisa é o Primeiro Ministro dizer que vai fazer, outra coisa é efetivar o que disser na plenitude. Já estamos a oito meses de Governação ainda não recebemos nada. Conta com a boa fé deste Governo, conta com este montante e conta

com os Senhores Deputados, para fazerem as suas influencias, para que este valor previsto seja cobrado.

Esta Câmara Municipal tem os seus problemas, mas, não é pobre. Vai continuar a trabalhar com atitude e muita responsabilidade, cobrando as suas receitas próprias e também, contando sempre com o Governo da República, que é o seu maior parceiro, para poder materializar o seu programa de governação.

Não desconfia deste Governo, que já assumiu transferir mais recursos para os municípios. Tem sim as suas reservas, em como conseguir esses recursos, para fazer as transferências já anunciadas.

Terminado o debate, o Orçamento para o ano económico de 2017, foi submetido a votação, tendo sido aprovado, com 7 (Sete) votos a favor da bancada do PAICV, 0 (zero) contra e 6 (seis) abstenção da bancada do MpD.

✓ Ponto IV – Proposta de profissionalização de Vereadores e fixação dos respetivos vencimentos;

Presidente da Câmara Municipal – “A nova equipa da Câmara Municipal dos Mosteiros, saída das eleições autárquicas do passado dia 4 de setembro de 2016 e que foi empossada no dia 26 do mesmo mês, tem o propósito de cumprir a obrigação de executar o programa eleitoral sufragado nas urnas, justificando assim a preferência do povo mosteirense por esta equipa e respetivo programa. Por esta razão, admitimos que o momento requer a organização dos meios humanos e institucionais para entrar em ação, com determinação e espírito de missão.

Tendo em atenção as demandas conjunturais, o ambicioso programa eleitoral sufragado nas ultimas eleições autárquicas e a necessidade de perfilhação de um novo paradigma de governação municipal, aprumado, por um lado, com as novas exigências nacionais e internacionais e, por outro, com as reais necessidades e ambições dos munícipes, esta Camara Municipal considera oportuna e perentória a profissionalização de três Vereadores a tempo inteiro e um a meio tempo, para que todos tenham como foco primordial a germinação dos incentivos e mecanismos governacionais indispensáveis à corporificação dos desideratos sobreditos.

Pelo exposto, vem ao abrigo do preceituado no artigo 88º, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, propor a esta Assembleia Municipal, a profissionalização de 3 Vereadores a tempo inteiro, com direito a uma remuneração de 90% do salario do Presidente da Câmara Municipal e 1 a meio tempo, com direito a uma remuneração de 60%, observando o nº 2, do artigo 12º, da Lei nº 28/V/97 de 23 de julho (Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos)”.

Após a apresentação feita, a proposta foi levada a votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade, ou seja, 13 (treze) votos a favor.

✓ **Ponto V – Proposta de fixação do novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;**

Vereador Jaime Monteiro – *“A nova equipa camararia, saída das eleições autárquicas de 4 de setembro deste ano, dispensa uma atenção especial aos recursos humanos que constituem uma das prioridades deste executivo, para o mandato 2016-2020. Pois, não se pode almejar o desenvolvimento e o crescimento do município, sem um quadro de pessoal capacitado, com know how adequado, para responder às demandas dos cidadãos-clientes, com eficiência e eficácia.*

É notável o aumento constante dos níveis de exigências do município, adveniente do seu processo contínuo de desenvolvimento que tem levado os munícipes a exigirem da autoridade municipal, a satisfação de necessidades de níveis superiores, marcando passos ascendentes na escala hierárquica das necessidades. Tudo isso, tem resultado em pressões sobre a Câmara Municipal, enquanto autoridade local máxima, com responsabilidades na promoção do bem-estar da população, que terá de reunir capacidades técnica e institucional para conceber e implementar políticas consistentes de desenvolvimento do município.

O Executivo Municipal submete a esta Magna Assembleia, a proposta do novo quadro de pessoal a vigorar no quadriénio 2016-2020, para feitos de apreciação e aprovação, ao abrigo da alínea e), do número 2, do artigo 81º, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios”.

Deputado Isildo Gomes – *A proposta do novo quadro de pessoal, vem demonstrar o dinamismo que o executivo pretende continuar, para este novo mandato. O Presidente da Câmara já manifestou esta intenção de criar um gabinete com técnicos qualificados, para servir de complemento as demandas nos setores de agricultura e pecuária.*

Considera tratar-se de uma boa decisão do executivo, valorizar os recursos humanos que dispomos no Concelho, para poderem responder as demandas cada vez mais acrescidas, de desenvolvimento municipal sustentado.

Deputado Estevam Gomes – *No programa de governação municipal para os próximos 4 anos, realça que a conjuntura económica nacional e internacional exige algum cuidado em termos de investimentos públicos, assim como, uma gestão rigorosa e criteriosa dos recursos. Pegando*

um pouco nos critérios, fica um pouco duvidoso quando se pretende recrutar mais 16 trabalhadores ao longo do mandato.

Ainda no âmbito da governação autárquica, que fala da missão, diz edificar um município coeso, próspero e com oportunidades para todos. Nas entrevistas que tem estado a seguir desde a campanha eleitoral e discurso de empossamento, o Senhor Presidente diz trabalhar para todos os mosteirenses independentemente da sua cor política. Portanto, estará atento a essas afirmações para que realmente, se traduzem a verdade.

O Quadro de Pessoal atual da Câmara Municipal, tem um bom número de trabalhadores e, a sua preocupação é quando vê, por exemplo, o número de Diretores de Departamentos a ser aumentados no novo quadro proposto, apesar de ser cargo de confiança, e não necessita de concurso público. Quanto as outras contratações, espera que seja respeitado o concurso público de acordo com a lei vigente.

É preciso mais formação aos trabalhadores, para aumentar a eficiência e eficácia nos serviços prestados aos cidadãos. Tem-se notado funcionários a utilizar redes sociais no local de trabalho, a colocar fotos e condicionando o serviço de atendimento. Isso não abona o trabalho desta Câmara Municipal e, deve-se trabalhar para acabar com este tipo de comportamento, se quisermos prestar um serviço de qualidade. Este tipo de comportamento, acaba por contradizer em certa medida, a proposta de aumento pessoal, sabendo que existem vários trabalhadores, cujos rendimentos são fracos, pelos motivos já citados.

Deputado Isildo Gomes – Se houvesse o artigo 114º nesta Assembleia, certamente os munícipes manifestariam em defesa da honra, na sequência da intervenção do Deputado Estevam Gomes. Não é justo, quando estamos num país onde o Governo anterior tinha permitido o uso de facebook nos serviços do estado, para depois ouvir do colega Deputado, afirmações do tipo, visando pessoas de um serviço. Esta situação é alargada a todo o país, e não somente a Câmara Municipal dos Mosteiros.

Vereador Jaime Monteiro – Queria dizer ao Deputado Estevam que, a proposta de recrutamento de mais funcionários, é para ser feita ao longo do mandato e não somente em 2017 e, será de acordo com a lei.

Sobre o uso de facebook referido, aconteceu com uma estagiaria na Câmara Municipal, que teve uma situação, mas, já está ultrapassado. Quanto aos funcionários não têm acesso às redes sociais, nos computadores da Câmara Municipal, a não ser nos aparelhos individuais e privados, o que é mais complicado fazer o seu controlo.

A proposta de fixação do novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal dos Mosteiros, foi aprovada, com 7 (sete) votos a favor da Bancada do PAICV, 0 (zero) contra e 6 (seis) abstenção da Bancada do MpD.

✓ **Ponto VI – Proposta de atribuição de gratificação ao Presidente da Assembleia Municipal;**

Deputado Adilson Martins – “De acordo com o estatuído na Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 13º da Lei nº 28/V/97, de 23 de junho (Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos), o Presidente da Assembleia Municipal, recebe mensalmente uma gratificação de funções fixada pela Assembleia Municipal, cujo montante não pode ser superior a 20% do vencimento mensal do Presidente da República.

O mesmo artigo no seu nº 2, exclui-se a aplicação do disposto no numero anterior se, o Presidente da Assembleia Municipal exercer qualquer cargo político remunerado.

Assim, e não sendo este o nosso caso, somos a submeter à plenária da Assembleia Municipal para a devida apreciação e aprovação, a proposta que atribui ao Presidente da Assembleia Municipal eleito, de acordo com o disposto na Lei, uma gratificação mensal no valor de 20% do vencimento mensal do Presidente da República”

Após a apresentação da proposta, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados, ou seja, 13 (treze) votos a favor.

✓ **Ponto VII – Proposta de atribuição de gratificação ao Secretário da Mesa da Assembleia Municipal;**

Deputado Adilson Martins – “De acordo com o estipulado no artigo 72º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho, a Assembleia Municipal poderá deliberar o exercício de funções do Secretario da Mesa, a tempo inteiro ou a meio tempo, consoante as suas necessidades objetivas.

Convindo organizar os trabalhos da Assembleia Municipal de conformidade com a citada lei, com o regimento e também, garantir as condições de legalidade, indispensáveis ao mesmo, submetemos à apreciação e aprovação dos Deputados a proposta de atribuição de uma gratificação mensal, ao Secretario da Mesa da Assembleia Municipal, o valor correspondente a 35% do salario do Presidente da Câmara Municipal”.

Após a apresentação da proposta, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados, ou seja, 13 (treze) votos a favor.

Estevam Gomes – Fez a declaração de votos da Bancada do MpD, e disse que a mesma votou a favor, tendo em conta ao excelente desempenho do Secretario deste o mandato anterior.

Aproveitou para augurar a Mesa da Assembleia, aos Deputados e a Câmara Municipal, muitos sucessos neste mandato que se inicia.

A sua Bancada, estará sempre atenta a desempenhar o seu papel, pelo qual foi atribuído pelos mosteirenses.

Aproveitou para solicitar a afixação da fotografia do anterior Presidente desta Assembleia, para colocar juntamente com os outros ex Presidentes da Assembleia Municipal dos Mosteiros.

Disse para terminar, que em nenhum momento quis ofender honra de ninguém, nesta sessão, apenas chamou atenção no uso adequado do facebook, para não comprometer o funcionamento do serviço.

Desejou um bom Natal e um prospero ano de 2017.

Adilson Martins – Em representação da Bancada do PAICV, felicitou igualmente a Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados e a Câmara Municipal, desejando a todos um mandato de muito sucesso. Que estejamos sempre firmes, a desempenhar o papel que cabe a cada um de nós, sempre com os olhos postos na melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Augurou a todos, um santo Natal e um feliz ano novo.

Presidente da Câmara Municipal – Felicitou as duas bancadas pelo desempenho que tiveram, demonstrando claramente que mesmo na diversidade, se consegue muito para o desenvolvimento do nosso município.

O processo eleitoral das autárquicas de 2016, foi sem dúvidas o mais renhido de todos, os anos anteriores, mas, neste momento estamos todos juntos por Mosteiros.

A Câmara Municipal, estará sempre aberta para receber os Deputados Municipais, sem marcação prévia de audiência, para auscultar as vossas preocupações nas localidades e no município em geral.

Felicitou o novo Presidente da Assembleia Municipal, desejando-lhe muitos sucessos na sua função, assim, como todos os eleitos saídos das ultimas eleições.

Terminou augurando votos de um Natal feliz e muitas prosperidades no ano de 2017.

Terminado o debate, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** fez as suas considerações finais, agradecendo o Senhor Presidente da Camara Municipal e os Vereadores, Senhores Deputados e Munícipes que estiveram nesta sessão de Assembleia Municipal. Espera que nas próximas sessões, todos os eleitos deverão mobilizar pessoas para que possam participar em maior número e, trazerem questões pertinentes para este Concelho.

A Câmara Municipal já dispõe dos dois principais instrumentos de gestão, para o ano 2017, pelo que, deseja uma boa execução das propostas feitas.

